



CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DO CONDE  
BIÊNIO 2025/2026

11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO, DO 1º ANO, DO 1º BIÊNIO  
LEGISLATIVO, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025.

PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO BISPO CRUZ  
1º SECRETÁRIO: LORENA GONÇALVES DE JESUS  
2º SECRETÁRIO: LUIS CARLOS DANTAS

Aos dez dias do mês de junho de 2025, às 09:00h, no Plenário da Câmara Municipal, em São Francisco do Conde, Estado da Bahia. **COMPARECIMENTO DE 12 VEREADORES.** Adenilson Gomes de Santana, Antônio Santos Lopes, Carlos Alberto Bispo Cruz, Clebson da Silva, Daoana Sales da Cruz Negreiro, Fábio dos Santos, João Carlos Costa Nunes, Lígia Costa Rosa, Lorena Gonçalves de Jesus, Luis Carlos Dantas, Rafael Costa Nogueira, Sandra de Oliveira do Carmo. **ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Houve a leitura da ata da 10ª Sessão Ordinária, do 1º Período, do 1º ano, do 1º biênio legislativo, realizada em 27 de maio de 2025. Aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** 1. Projeto de Lei do Legislativo 34/2025. Assunto: Dispõe sobre a obrigatoriedade de leitos separados para mães de natimortos nas unidades públicas de saúde. Autoria: Lígia Costa Rosa. 2. Projeto de Lei 09/2025. Assunto: Lei de Diretrizes Orçamentaria 2025. Autoria: Poder Executivo. 3. Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Assunto: Parecer nº09 de 2025 sobre o Projeto de Lei nº 08/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a instituição, que dispõe sobre a instituição do conselho municipal de desenvolvimento sustentável – CMDS.2025. Autoria: Poder Executivo. 4. Indicação 218/2025. Assunto: Conclusão da reforma do Cemitério da Paz Celestial e da Capela do Cemitério, no município de São Francisco do Conde. Autoria: Clebeson da Silva. 5. Indicação 219/2025. Assunto: Implantação de uma Central de Gerenciamento e Monitoramento de Inteligência em Segurança no Município, com câmeras instaladas por todas as partes da cidade e com funcionamento de 24h. Autoria: Clebeson da Silva. 6. Indicação Câmara Municipal de São Francisco do Conde  
11ª Sessão Ordinária, do 1º Período, do 1º Ano, do 1º Biênio 2025/2026



345/2025. Assunto: Implantação do Curso Preparatório Pré-ENEM. Autoria: Daoana Salles. 7. Indicação 363/2025. Assunto: Requalificação da Quadra em Caípe de Cima. Autoria: Daoana Salles da Cruz Negreiro. 8. Indicação 86/2025. Assunto: Reforma da academia ao ar livre e construção de um quiosque, no loteamento São Jorge em Jabequara de Areia. Autoria: Edcarlos de Almeida Vasconcelos. 9. Indicação 87/2025. Assunto: Manutenção e pavimentação da Travessa do Sabiá no bairro da Baixa Fria. Autoria: Edcarlos de Almeida Vasconcelos. 10. Indicação 30/2025. Assunto: Construção de uma quadra poliesportiva no bairro de Ilhas das Fontes. Autoria: João Carlos Costa Nunes. 11. Indicação 31/2025. Assunto: Construção do Cemitério no bairro da Muribeca, visando beneficiar a comunidade local, assim como as comunidades do Ferrolho, Ilhas das Fontes, Engenho de Baixo e Ponta do Coco. Autoria: João Carlos Costa Nunes. 12. Indicação 458/2025. Assunto: O Programa Municipal de Divulgação, Prevenção e Tratamento da Endometriose. Autoria: Lígia Costa Rosa. 13. Indicação 464/2025. Assunto: Proposta de criação do Estatuto da Guarda Municipal. Autoria: Lígia Costa Rosa. 14. Indicação 152/2025. Assunto: Indica ao Poder Executivo que crie o Programa Bolsa Artística Cultural, conforme autorizado pela lei municipal nº 205/2011. Autoria: Rafael Costa Nogueira. 15. Indicação 153/2025. Assunto: Indica ao Poder Executivo que estude a possibilidade de conceder bolsas universitárias integrais para os dez alunos com melhores históricos escolar do ensino médio e oriundos da rede pública. Autoria: Rafael Costa Nogueira. 16. Indicação 473/2025. Assunto: Sugere ao Chefe do Poder Executivo Municipal o envio de Projeto de Lei visando à redução da base de cálculo da CIP – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. Autoria: Sandra de Oliveira do Carmo. Não houve mais matérias para o Expediente. Os vereadores Rafael Costa Nogueira, Lígia Costa Rosa, Daoana Sales da Cruz Negreiro e Sandra de Oliveira do Carmo, respectivamente, fizeram seus pronunciamentos. O vereador Rafael Costa Nogueira iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos os presentes, servidores públicos, os que acompanhavam as sessões nas redes sociais e a imprensa na pessoa do amigo repórter “robocop”. Parabenizou os servidores pelas manifestações das últimas semanas em busca dos seus direitos. “Não posso deixar de manifestar meu total apoio à causa de vocês e esse apoio não começou agora, desde o mandato anterior onde eu ingressei nessa casa eu sempre deixei bem claro a



forma respeitosa e até mesmo carinhosa que eu tenho com o serviço público, por também fazer parte e faz parte também da minha vida quando eu iniciei minha atividade profissional no ano de dois e dezesseis/dois mil e dezessete na condição de advogado”, afirmou edil. Continuou relatando os lugares por onde trabalhou. Afirmou que é inadmissível que um Município tão rico que arrecada próximo de 40 milhões/mês após mês com uma das maiores rendas per capita da Bahia e do Brasil propor uma indecente oferta de reajuste zero, classificando como um escárnio com o maior patrimônio que são os servidores públicos. Afirmou também que fica ainda mais revoltado, pois alega-se uma suposta crise fiscal que ele já disse várias vezes se tratar de uma grande mentira. Disse que fez um ofício, o qual foi respondido no dia dois de junho ao Gabinete do Prefeito, perguntando quantos cargos comissionados já tinham na Prefeitura só até abril e foi respondido que já tem mil cento e noventa e dois cargos comissionados, acrescentando que se chegar no CAPS, será possível ver o abandono. Destacou que boa parte das escolas estão sem atividade, assim como postos médicos e uma folha municipal que gira na casa dos quinze milhões. Afirmou também existe uma licitação para comprar dez milhões de combustível. Lembrou o dia de quatorze de novembro, o qual ocorreu a suspensão do Programa Social Pão na Mesa, colocando a cidade em situação de fome, de miséria de sofrimento e paralização das reformas das casas, com pessoas em situação de aluguel. Afirmou que fez um ofício à Secretaria de Educação perguntando como estava a questão dos pagamentos, tanto da Bolsa Universitária como da Bolsa Técnica e foi respondido que o processo encontrava-se aguardando liberação de recurso e acrescentou: para educação não tem dinheiro, para o serviço público não tem dinheiro, para matar a fome do povo não tem dinheiro, mas para os amigos do rei e da rainha para, sendo quase um milhão de acréscimo na folha de pagamento, afirmou o vereador Rafael. E continuou fazendo críticas de como a gestão conduziu o programa de apoio estudantil e como conduz o serviço público, atingindo também os mais vulneráveis. Falou da sua representação ao Ministério Público, solicitando que o órgão cumpra a sua obrigação e ajude para que os profissionais do REDA sejam convocados com brevidade. Disse ter buscado informação junto à Secretaria de Educação e de Esportes, a qual ainda não respondeu. Afirmou que estará vigilante, fiscalizando e acionando o Poder Judiciário em tudo aquilo que for pertinente e em tudo aquilo que for necessário



estará de olho, acompanhando cada movimento desse processo para tentar promover a maior lisura possível e que sejam aprovados convocados e nomeados. Afirmou ter solicitado ao Presidente audiência pública para tratar dos assuntos referentes às questões trabalhistas da GTS e da FABAMED, contudo não tem autonomia para pautar o dia da audiência. Essa é uma decisão da mesa diretora, afirmou o vereador. Finalizou destacando que o Ministério Público continua vigilante e atuante a respeito do Programa Pão na Mesa. A vereadora Lígia Costa Rosa iniciou cumprimentando a todos os presentes. Esclareceu que já encaminhou o ofício comunicando às empresas FABMED e GTS da aprovação do requerimento e que é preciso esperar escolher a data da audiência Pública. Disse que foi procurada pelos representantes da Guarda Municipal em vinte e quatro de março para narrar uma situação que se estende ao longo dos anos, inclusive a mais de 15 anos quando teve o concurso da Guarda Municipal que é a falta de valorização e de condições de trabalho para a Guarda Municipal, pela omissão e ausência do poder público municipal em criar um Estatuto. Disse que o Estatuto não é uma mera liberalidade, mas é para garantir EPI, é para garantir que o trabalho seja feito com condições, para garantir formação continuada desses guardas, é para garantir estrutura, pois o papel da Guarda é exatamente zelar e proteger o patrimônio público, afirmou. Acrescentou que recentemente em discussão no Senado já foi aprovado que as guardas municipais estão até ultrapassadas, ganhando agora um dever comunitário, se tornando polícias municipais, com o policiamento ostensivo comunitário. Afirmou que já conhecia a realidade da Guarda Municipal, mas enquanto legisladora não pode propor a aprovação e a votação do Estatuto e infelizmente não está autorizada pela Lei Orgânica a redigir esse Estatuto. Concedeu aparte a vereadora Daoana Sales, a qual afirmou comungar com a causa do Estatuto, qualificação e padronização dos profissionais em questão e parabenizou a Edil pela indicação. Retomando o pronunciamento, a vereadora afirmou que não é uma indicação de duas linhas e sim um Estatuto que estrutura a carreira, garantindo formação continuada, formação técnica direitos e deveres, condições adequadas de trabalho e valorização salarial. Pediu apoio e aprovação dos colegas vereadores para intermediar a sua criação junto ao Poder Executivo. Fez requerimento verbal para audiência pública, sugerindo para a primeira quinzena de agosto, para tratar especificamente das demandas para a criação do estatuto. Afirmou que o Poder



Executivo, nos últimos quatro anos, realizou várias reuniões. Finalizou dizendo saber da existência de uma minuta feita pelos técnicos da Prefeitura, mas que precisa ser apresentada aos guardas municipais de forma ampla, precisando ser discutida com os legisladores. O vereador Luís Carlos Dantas iniciou cumprimentando o Presidente e a todos os presentes. Parafraseando um escritor francês, afirmou ser é dono do silêncio, mas das palavras que saem da boca não é mais dono. Sobre a guarda municipal, disse que foi mal interpretado por algumas pessoas, desde o ano passado, quando falava dos problemas que estariam por vir, mas que como legislador, tinha a obrigação de alertar a população, afirmando que é difícil todos entenderem, inclusive a população em geral. Destacou que esteve conversando com a Secretária de Finanças e falou aos colegas para marcar se reunir com ela para saber a verdade sobre as dificuldades em relação a quinquênio, letras que servidores não estão recebendo automaticamente, precisando da união para ter a solução. Afirmou que precisa ter um técnico da Prefeitura para reunir com os vereadores para sanar as dúvidas deles acerca das situações que estão acontecendo, pois a população precisa ter uma resposta e de forma urgente, o Prefeito precisar reunir com os vereadores. Afirmou que o legislativo pode contribuir e é planejado o efeito é muito maior. Disse que na Câmara não tem herói nem heroína. Disse que quanto mais os beneficiários do Programa Pão na Mesa não receberem o benefício não tem vantagem nenhuma para o Poder Executivo e nem para o Poder Legislativo, principalmente para quem dorme e acorda na cidade como ele. Pediu ao Presidente se reunir com o financeiro o mais breve possível para que seja dito: "Olhe nós temos isso aqui de gasto de despesas e o que temos é isso aqui o que é que a gente pode ajustar o que é que vereadores pode contribuir para com isso o Prefeito, sentar com vereadores passar a real situação é passado por isso e isso eu sei que é números, mas a gente precisa ter algo de concreto para a sociedade, a gente precisa ir de forma urgente porque meio-dia bate na porta de todos, quando a chuva cai ela cai para todos, quando o sol vem da mesma forma, então a gente precisa é que muito das vezes a gente não utiliza apesar de que é um direito nosso dos microfones para falar, mas a gente está sempre cobrando do poder público do Prefeito, dos secretários, hoje eu estou me colocando publicamente aqui justamente porque a palavra tem poder muito das vezes muito mais negativo do que positivo", enfatizou o vereador Luis de Campinas. Relatou



também a situação da Bolsa Universitária, afirmando ter quatro meses de atraso nos pagamentos e que está acompanhando e cobrando os pagamentos também da bolsa técnica, que se não está enganado, completa seis meses de atraso e que aquele momento havia uma comissão de universitários em reunião com a Secretária de Educação. Afirmou que já havia falado com a secretária também mais cedo sobre a situação. Citou o livro da bíblia Coríntios falando sobre o prevalecer de três palavras: fé, a esperança e o amor. Confessou ser entusiasta, ter esperança que a tempestade não vai durar para sempre e finalizou dizendo que é possível melhorar a vida de cada um. A vereadora Daoana Sales da Cruz Negreiro cumprimentou o Presidente e a todos com bom dia. Fez menção ao Sindicato dos Servidores Públicos e disse estar disponível a todas as categorias e que desde o mandato passado os agentes de apoio vêm lutando por todas as categorias. Disse que o vereador cobra sim audiência pública e que o diálogo tem que acontecer seja no momento bom ou no momento ruim. Afirmou que seu gabinete e de todos os colegas estão abertos e que estão comprometidos com todas as causas, que não estão fechando os olhos para os acontecimentos, pois quer o Município no caminho certo, mora na cidade, compra pão e consome coisas no Município. Sobre as mães atípicas, fez menção dizendo que elas estão buscando solução para os problemas encontrados no atendimento dos seus filhos. Destacou que é preciso priorizar a questão tanto do pai quanto das mães dos autistas, que de fato precisa da educação, a questão social, recebimento de cestas básicas, pois o Município está passando por essa calamidade e é preciso resolver a questão do Pão na Mesa, enfatizou a vereadora. Disse que no mandato passado fez indicação de um comitê de crise, afirmando que a pandemia prejudicou a todos e que é preciso sentar-se com quem é de direito e é necessário que os secretários também da gestão municipal levante dos gabinetes, afirmou a vereadora. Finalizou dizendo que é preciso que Executivo e Legislativo estejam unidos, pois o povo não aguenta mais. A vereadora Sandra de Oliveira do Carmo iniciou cumprimentando o Presidente e a todos os presentes, inclusive os que estavam acompanhando através das redes sociais. Afirmou ter conversado com o sindicato em seu gabinete sobre a situação real do Município e mostrando uma solução para que pudesse não desamparar os servidores. Disse ter feito os requerimentos e recebeu o retorno do Poder Executivo. Sobre a Educação, afirmou ser a Secretaria que tem o maior número



de reclamações, entre elas a convocação do REDA, funcionamento das escolas, situação da GTS, a falta de pagamento da Bolsa Universitária e da Bolsa Técnica. Destacou que a secretária respondeu dizendo que está se esbarrando em recursos de aplicação para poder manter o funcionamento adequado das escolas com a quantidade correta de profissionais e honrar com os pagamentos dos programas, uma vez que já foram identificados os problemas, inclusive das cinquenta e quatro escolas do Município, oito estão com problemas de funcionamento e se a Secretária já sabe quais são os problemas. Citou a vereadora Daoana, o vereador Luis de Campinas e Rafael Costa Nogueira, os quais estão em busca de soluções, pois segundo ela, não adianta somente atirar pedra, só mostrar o problema. Afirmou ser isso que está fazendo em relação a APAE, instituição que está passando por dificuldades, enfrentando a falta de quantidade de funcionários e que se conversou com a Presidente da instituição. Afirmou ser inúmeros os problemas em todas as áreas. Sobre a contribuição da taxa de iluminação pública que chegou à Casa em 2024. Projeto que foi aprovado por todos os vereadores e prejudicou a população. Disse que é preciso reavaliar o aumento da cobrança da contribuição de iluminação pública, disse ter procurado a Secretaria de Conservação e Ordem Pública Serviços SESCOOP para explicações em relação ao desconto que foi feito nas contas do povo, afirmando que foi um equívoco da empresa. O vereador Luis Carlos Dantas solicitou um aparte e a vereadora concedeu. O Edil afirmou que também foi a referida Secretaria e obteve a mesma resposta dada ao vereador. Afirmou também que a empresa de forma equivocada aumentou essa cobrança e que esse mês não será mais cobrada. Retomando a fala, a vereadora destacou ofício enviado à Secretaria de Cultura (SECULT) para que fosse divulgado nos veículos de comunicação o cancelamento do São João Arraiá Joia do Recôncavo, uma festa tradicional que movimenta e fortalece o comércio local, gerando emprego, entretenimento, diversidade. Destacou que em todas as áreas do Município existem problemas e não tem como fechar os olhos e dizer que a arrecadação não caiu. O Vereador Rafael Nogueira solicitou um aparte e a vereadora concedeu. Afirmou ser uma questão de comparação. Disse que convém o discurso de que arrecadação e continuou explanando os valores das arrecadações ao longo dos anos. Retomando ao seu pronunciamento, a Vereadora afirmou refutou o Edil e disse que não pode ser feita uma comparação dos anos anteriores e que ele



recebeu a LOA e a LDO e viu a diferença. E continuou tecendo comentários acerca da temática. Afirmou que o Poder Executivo precisa elencar quais são as prioridades. Disse que recebeu o Sindicato em seu gabinete. Finalizou afirmando que não tem como negar a realidade e que segundo expediente ela falaria mais sobre os problemas do Município. O Presidente Carlos Alberto Bispo Cruz, em mais uma vez, advertiu a plateia sobre se manifestar durante as sessões, citando o regimento, afirmando: "A casa é do povo, a casa é do povo para entrar e para assistir não para se manifestar é o regimento". E em seguida dirigiu-se aos representantes do Sindicato, dizendo: "se em algum momento vocês me enxergaram de uma forma que eu não estou dando o apoio a vocês me perdoe existe um equívoco aí por que é esse início de mês tivemos um momento muito difícil no Caípe muito difícil mesmo talvez o presidente pode ter ido me procurar de alguma forma porque toda vez que ele vai lá eu tenho o maior prazer de recebê-lo e quando se trata do funcionário da Casa a proposta já foi feita para ele vai ter a conversa com ele ainda no que vocês dependerem de mim eu nunca me recusei a sentar com o pessoal da SEFAZ, eu nunca me ausentei quando vocês precisaram de mim quando eu fui vice-prefeito nunca me ausentei nunca pipoquei então quero aqui deixar claro que esse momento tá sendo difícil para mim que eu até esqueci de relatar aqui o falecimento do menino do Caípe, uma pessoa queridíssima de todos uma pessoa amada por todos que era Wagner, conhecido por Baga, que por sinal, o sepultamento foi numa terça-feira que foi um problema pra comunidade, uma tristeza gigantesca e logo em seguida no sábado, na sexta-feira, eu perdi um outro amigo que por sinal estava no Caípe comigo em um domingo retrasado foi o amigo Marinho que andava com Jairo com Alex aquele da Muribeca, também veio a falecer então eu me ausentei durante esses dias e talvez eu não sei se é maior impressão estou vendo que o pessoal tá com muita sede, com muita sede de atrapalhar uma sessão tão simples que não tem nada aqui demais a gente aqui tá aqui à disposição de vocês o que precisar SINDSEFRAN, do Presidente da Casa, ele não vai se curvar em sentar com vocês e se for caso de sentar com o Prefeito, como eu sempre fiz. Continuou afirmando que não mudou e que não estava entendendo o comportamento desnecessário. Disse não ter duas caras e que era preciso colaborar. Destacou que o regimento da Casa foi construído também pelo pai do vereador Rafael, o pai da vereadora Lígia, achava muito bom. Disse que não



queria encerrar a sessão, que não era ditador e que o seu caráter ninguém mudará. **ORDEM DO DIA:** 1. Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Assunto: Parecer N° 08 de 2025 sobre o Projeto de Lei N° 28/2025, do Poder Legislativo, que dispõe sobre institui no Município de São Francisco do Conde o Dia Municipal da Fibromialgia e assegura a pessoa nessa condição filas preferenciais e vagas de estacionamento preferencial. (1ª Votação). Autoria: Daoana Sales da Cruz Negreiro. 2. Indicação 216/2025. Assunto: Implantação de uma academia ao ar livre e inclusão de parque infantil na comunidade de Santa Eliza, município de São Francisco do Conde. Autoria: Clebson da Silva. 3. Indicação 217/2025. Assunto: Implantação de uma academia ao ar livre e inclusão de parque infantil na comunidade de Porto de Brotas, Bairro São Bento, Município de São Francisco do Conde. Autoria: Clebson da Silva. 4. Indicação 445/2025. Assunto: Centro de Atenção e Referência a Saúde aos pacientes com diabetes Mellitus Tipo I e II. Autoria: Daoana Sales da Cruz Negreiro. 5. Indicação 462/2025. Assunto: Transporte gratuito para mulheres em situação de violência doméstica e familiar acompanhadas pelo CRAS. Autoria: Daoana Sales da Cruz Negreiro. 6. Indicação 83/2025. Assunto: Revitalização e implantação do portão de acesso da academia da saúde para atender as comunidades de Jabequara de Areia, loteamento São Jorge e Jabequara das flores. Autoria: Edcarlos de Almeida. 7. Indicação 85/2025. Assunto: Revitalização da praça pública no Bairro de Jabequara de Areia. Autoria: Edcarlos de Almeida Vasconcelos. 8. Indicação 25/2025. Assunto: Construção de Casa de Apoio aos Pescadores e Marisqueiras no bairro de Ilha das Fontes. Autoria: João Carlos Costa Nunes. 9. Indicação 27/2025. Assunto: Implantação de um parque infantil na praça no Bairro de Ilha das Fontes. Autoria: João Carlos Costa Nunes. 10. Indicação 456/2025. Assunto: Implementação do método ABA (análise do comportamento aplicada) nas escolas públicas do município de São Francisco do Conde como estratégia de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Autoria: Lígia Costa Rosa. 11. Indicação 457/2025. Assunto: Divulgação obrigatória de dados sobre violência Infantil e Adolescente no site da Prefeitura de São Francisco do Conde e da Câmara de Municipal. Autoria: Lígia Costa Rosa. 12. Indicação 327/2025. Assunto: Construção da casa da Música. Autoria: Luís Carlos Dantas. 13. Indicação 326/2025. Assunto: Centro de Capacitação para Profissionais do Saúde. Autoria: Luís Carlos Dantas. 14. Indicação 455/2025.

Câmara Municipal de São Francisco do Conde

11ª Sessão Ordinária, do 1º Período, do 1º Ano, do 1º Biênio 2025/2026



Assunto: Criação da Carteirinha de Identificação do Agricultor e da Cartilha do Agricultor. A autoria: Sandra Oliveira do Carmo. 15. Indicação 150/2025. Assunto: Indica ao Poder Executivo que promova urbanização, pavimentação, extensão da rede elétrica e saneamento básico da Rua da Laje conhecida como Avenida Cavalinho Branco, localizada no bairro do Caípe de Cima. A autoria: Rafael Costa Nogueira. 16. Indicação 151/2025. Assunto: Indica ao Poder Executivo que realize pavimentação asfáltica, calçamento da Rua do P no Bairro da Jabequara. A autoria: Rafael Costa Nogueira. Não houve mais matérias para a Ordem do Dia. Os vereadores Rafael Costa Nogueira, Lígia Costa Rosa, Daoana Sales da Cruz Negreiro e Sandra de Oliveira do Carmo, respectivamente, fizeram seus pronunciamentos. O Vereador Rafael Nogueira fez novamente uso da palavra, ressaltando a boa relação com os colegas vereadores, independente de posicionamento político, ressaltando momentos de aprendizado, de crescimento e de lazer. Voltou a falar que a arrecadação não caiu, mas que apenas voltou para média histórica, fazendo referência ao momento anterior à venda da Refinaria de Mataripe quando, segundo ele, os programas e o funcionalismo público funcionavam, concordando com a colega que disse faltar prioridade. Expôs diversos dados relacionados ao aumento de pessoal na folha de pagamento, e em consequência, a elevação dos valores pagos. Mencionou a precarização do funcionalismo da APAE, expondo os problemas enfrentados pela Instituição e acrescentou: “eu não posso concordar que isso são só números, nós estamos falando de vidas, de sonhos, de futuro então daí vem a nossa percepção de que tem muita coisa errada...”. Afirmou que o Ministério Público ratifica o que diz sobre o retorno do Pão na Mesa, tendo um posicionamento muito similar no processo da ação civil pública que pede o retorno do referido Programa, sujeito a multa, a qual, segundo o vereador, é fruto da luta dos cidadãos e explicou como se deu o processo do Tribunal de Justiça contra o Município e as investidas da Prefeitura para tentar reverter. Pediu perdão pela situação, afirmando que os vereadores não têm culpa do que está acontecendo. Destacou trecho do documento emitido pelo Ministério Público, quando aumentou o valor da multa, dizendo que a conduta do Prefeito é inadmissível, que agride a dignidade das pessoas afetadas, afrontando o princípio da legalidade. O Vereador destaca vários trechos do documento em que o Ministério Público justifica a referida decisão. Disse não está sozinho em



sua convicção sobre a necessidade de reestabelecer o Programa Social, uma vez que, muitos compartilham dessa opinião, incluindo o Ministério Público, negando a existência de uma crise fiscal. Afirmou que a Gestão Municipal tem tomado decisões que afetam negativamente não apenas os servidores públicos e beneficiários de programas sociais, mas também estudantes que dependem de bolsas. Com a aproximação do Defeso de Inverno, a falta de informações sobre seu futuro cria apreensão, especialmente entre os pescadores locais. Além disso, o Ministério Público exige que a Prefeitura tome ações imediatas para realocar famílias em situação de vulnerabilidade na rua da Mangueira na localidade de Campinas, antes que aconteça uma tragédia, ressaltando a urgência da participação cidadã e do envolvimento da população na luta pelos seus direitos. Afirmou que está completando dois anos que a Gestão retirou comerciantes do Centro de Abastecimento, sob a justificativa de reforma do local e ainda não foi feita nenhuma sinalização sobre a reforma. Sobre a Copinha da Bahia, disse que conversou com representantes do governo do Estado sobre uma possível agenda para o Município, com o objetivo do estímulo do esporte, como também o comércio e a interação entre os bairros e a Sede. Destacou sua visita a APAE, disse que não é inédita e explicou que nenhuma atitude que faz visa questões individuais e sim causas coletivas. Finalizou discorrendo sobre a APAE, instituição que segundo ele, tem aproximadamente duzentos assistidos, enfrentando muitas dificuldades, incluindo a falta de profissionais para limpeza e monitor de ônibus. Sobre o CAPS, afirmou não ter médico clínico, sem enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, nem assistência social. Afirmou também que tem o dever de convocar a todos a se mobilizar para cobrar de quem tem o dever social de resolver. A vereadora Lígia Costa Rosa retomou seu pronunciamento, fazendo prestação de contas por ter participado, em Brasília, do Congresso Brasileiro de Práticas Legislativas, destacando a importância da capacitação técnica para desempenhar seu papel como legisladora e aprimorar seus conhecimentos sobre orçamento público e fiscalização. Lígia ressaltou a necessidade dos vereadores se manterem atualizados para melhor representar a população, defendendo que decisões sejam feitas com técnica e não por achismo. Por fim, ela reforçou a importância de cumprir os prazos estabelecidos pela Lei Orgânica do Município, que determina o envio e a votação da LDO até a última sessão legislativa do primeiro período. Garantiu aos colegas vereadores

